

Objetivo principal	Coletar feedback das principais partes interessadas sobre questões sensíveis apresentadas no documento para discussão do CLPI, para que o grupo de trabalho técnico encarregado de revisar as diretrizes do CLPI possa iniciar o processo com informações de alta qualidade.
Público principal	Principais partes interessadas (membros do CPPI, ex-membros do grupo de trabalho técnico de CLPI, CDPs [Brasil, Nova Zelândia, Rússia, Canadá, Bacia do Congo], grupos de trabalho do FSC que estejam desenvolvendo produtos que envolvam o CLPI ou a implementação do Princípio 3 dos Princípios e Critérios do FSC [grupo de trabalho técnico de AVC, pesticidas, etc.]).
Público secundário	Partes interessadas gerais (isto é, certificadoras acreditadas pelo FSC, operações que possuam certificados válidos do FSC e membros de Povos Indígenas, povos tradicionais ou comunidades locais).
Mensagem principal	Ajude-nos a desenvolver um produto de certificação exclusivo, lendo sobre nove conceitos novos sobre o consentimento livre, prévio e informado que o FSC gostaria de introduzir em uma nova diretriz para os membros de nosso sistema.
Chamada para ação	Participe da consulta até 2 de maio de 2018.

### Informação do participante

Quão familiarizado você está com as diretrizes existentes do FSC para a implementação do direito ao consentimento livre, prévio e informado (ou seja, FSC-GUI-30-003 V1-0 <i>Diretrizes do FSC para a Implementação do Direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)</i> ) ou um processo de CLPI semelhante?	1 - Nem um pouco ciente 2 - Ligeiramente ciente 3 - Um pouco familiar 4 - Moderadamente familiar 5 - Extremamente familiar
---	--

## Seção 2 - Definição

<p>As Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho têm trabalhado em questões indígenas há várias décadas, mas nenhuma das organizações conseguiu chegar a um acordo sobre uma definição para "Povos Indígenas".</p> <p>Além disso, as organizações dos Povos Indígenas rejeitam a ideia de criar uma definição formal a ser usada por agentes estatais. Da mesma forma, delegações governamentais expressaram que não é desejável nem necessário elaborar um significado universal para os Povos Indígenas.</p> <p>Ao invés de oferecer uma definição, o Artigo 33 da <i>Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas</i> (UNDRIP) destaca a importância da auto-identificação, pela qual os próprios Povos Indígenas definem sua própria identidade como indígena.</p> <p><b>Artigo 33</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. <i>Os povos indígenas têm o direito de determinar sua própria identidade ou filiação de acordo com seus costumes e tradições. Isto não prejudica o direito de pessoas indígenas de obter a cidadania dos Estados em que vivem.</i></li><li>2. <i>Os povos indígenas têm o direito de determinar as estruturas e selecionar os membros de suas instituições de acordo com seus próprios procedimentos.</i></li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Que estratégias funcionaram em seu país ou região na identificação de Povos Indígenas, populações tradicionais e/ou comunidades locais? [Resposta longa]</li></ol>
--	---

## Seção 2 - Determinando o escopo de um processo de CLPI

<p>O consentimento livre, prévio e informado (CLPI) é um princípio dos direitos humanos internacionais que afirma que todos os povos têm direito à autodeterminação e o direito de buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.</p>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Está claro que os direitos afetados pelas atividades de manejo são muitos e deveriam ser abordados em fases, de acordo com prioridades mutuamente acordadas, estabelecidas por meio de um processo acordado?<ul style="list-style-type: none"><li>○ Escala de Likert:</li></ul></li></ol>
--	--

<p>A certificação FSC é um sistema voluntário de padrões de sustentabilidade que reconhece os esforços da sociedade civil para defender princípios globalmente reconhecidos relacionados à sustentabilidade, adaptação, justiça e responsabilidade social corporativa no contexto do manejo florestal.</p> <p>Desenvolver uma compreensão regionalmente aceitável do direito ao CLPI e implementar um processo apropriado representam desafios significativos. A identificação de todos os direitos consuetudinários e de propriedade custará tempo e recursos de todas as partes afetadas pelas atividades de manejo.</p>	<p>1 - Muito claro 2 - Um pouco claro 3 - Nem claro nem incerto 4 - Não está claro 5 - Nada claro</p> <p>2. Comentários gerais</p>
<p>O manejo florestal é um negócio altamente técnico que requer capacidade significativa das organizações que fazem o planejamento e das partes interessadas que participam e monitoram os processos de planejamento.</p>	<p>1. Quais as capacidades mais comuns requeridas das comunidades para viabilizar sua participação no planejamento do manejo? [Resposta de texto longo]</p>

### Seção 3 - Comunicação

<p>A criação de um plano de comunicação ajuda a garantir que haja um diálogo com grupos relevantes, que seja livre e justo em relação a todos os aspectos do processo de consentimento. A mensagem, o meio e a frequência da comunicação dependem do público-alvo, mas o aspecto mais crítico é o estabelecimento de um relacionamento baseado na confiança e no aprendizado, que pode ser alcançado através de uma troca mútua e contínua de informações e conhecimento, entre todos os segmentos da comunidade.</p> <p>Uma operação certificada pelo FSC pode assumir a liderança inicial na concepção do plano de comunicação e, em seguida, trabalhar em estreita colaboração com cada comunidade para determinar suas necessidades e preocupações relacionadas às atividades de manejo propostas. A comunicação com cada comunidade deve</p>	<p>1. Isto funciona: É provável que esta abordagem da comunicação garanta que todas as partes relevantes participem de uma discussão bilateral sobre o CLPI?</p> <p>○ Escala de Likert: 1 - Extremamente improvável 2 - Improvável 3 - Neutro 4 - Provável 5 - Extremamente provável</p> <p>2. Comentários gerais</p>
---	---

ocorrer no idioma da comunidade e através de um meio que seus membros entendam e prefiram. É importante notar que algumas palavras podem não existir nas línguas indígenas e podem ser difíceis de conceituar.

A comunicação direta face-a-face deve ser o meio de escolha padrão, a menos que altos níveis de alfabetização sejam aparentes. A maioria dos esforços bem-sucedidos de participação de comunidades se deu através de uma combinação de reuniões em pequenos grupos e com toda a comunidade para compartilhar informações.

As melhores práticas determinam que as informações deveriam ser apresentadas da forma mais completa e antecipada possível. O co-desenvolvimento de um mapeamento participativo e avaliação de impacto é uma maneira eficiente de combinar a informação da comunidade com o processo de construção de um relacionamento baseado na confiança.

#### **Seção 4 - Requisitos legais nacionais incongruentes**

O FSC estabelece um padrão mais alto do que muitas leis nacionais sobre Povos Indígenas, populações tradicionais e comunidades locais. Isto pode ser problemático, pois muitos governos podem se mostrar ativamente hostis ao conceito de direitos dos Povos Indígenas, apesar da adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) em 2007. Interpretações locais do CLPI também podem ser complicadas.

Uma operação certificada pelo FSC deveria descobrir como o estado em que atua aborda o direito ao CLPI e determinar se as leis ou políticas exigem CLPI ou são conflitantes ao mesmo.

Se o governo já obteve o consentimento, é essencial verificar se o consentimento foi obtido livremente e por meio de um processo

1. Você está preocupado com um eventual conflito entre as leis regionais ou nacionais de seu país de operação e os requisitos para identificar Povos Indígenas e seus direitos legais e consuetudinários?

- Escala de Likert:
- 1 - Nada preocupado
- 2 - Ligeiramente preocupado
- 3 - Um pouco preocupado
- 4 - Moderadamente preocupado
- 5 - Extremamente preocupado

2. Por favor explique [Resposta longa]

participativo e informado. Uma operação certificada pelo FSC deveria seguir quaisquer leis nacionais que estipulem como a mesma deve consultar ou buscar o consentimento das comunidades ou Povos Indígenas, cumprindo, ao mesmo tempo, os requisitos do padrão FSC.

Em uma situação em que as autoridades de um estado tornem impossível a aplicação do CLPI, tornando uma operação certificada pelo FSC incapaz de obter o consentimento das comunidades e, conseqüentemente, incapaz de cumprir os Princípios e Critérios do FSC (P&C), tal operação certificada pelo FSC deverá iniciar um diálogo com as autoridades competentes e a certificadora, a fim de buscar uma solução. O FSC determinou que a certificadora deve avaliar quaisquer conflitos entre as leis ou regulamentos e os requisitos de certificação do padrão aplicável do FSC caso a caso, em acordo com as partes envolvidas ou afetadas. Se nenhuma solução puder ser encontrada, a certificadora poderá comunicar o problema ao FSC.

## Seção 5 - Metodologia

Reivindicações de terra baseadas em direitos consuetudinários geralmente não são formalmente reconhecidas em lei, portanto precisam ser mapeadas para documentar os direitos reconhecidos pela comunidade.

O mapeamento participativo envolve o trabalho de representantes da operação certificada pelo FSC junto às comunidades para identificar e registrar em um mapa todos os elementos relevantes para o processo de CLPI. Este mapeamento deve definir as referências para que os impactos ao longo do tempo possam ser monitorados.

O mapeamento também deve identificar outras atividades além da operação de manejo florestal, como mineração ou turismo, que possam ter impacto sobre os direitos das

1. Você concorda com a metodologia de mapeamento participativo?

- Escala de Likert:
- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo
- 3 - Neutro
- 4 - Concordo
- 5 - Concordo totalmente

2. Comentários gerais [Resposta longa]

<p>comunidades envolvidas.</p>	
<p>Quando os direitos das comunidades são contestados ou difíceis de serem claramente identificados, a Organização deveria incluir informações como a situação real em relação aos direitos legais e consuetudinários, o uso atual da terra e dos recursos, a posse dos direitos sendo contestados, e as posições das partes envolvidas. Este registro deveria ser realizado por meio de engajamento com as comunidades envolvidas.</p> <p>Quando múltiplas comunidades possuem reivindicações diferentes de terras e recursos, as Organizações podem decidir priorizar os processos de CLPI, começando com um processo junto àqueles que possuam a reivindicação consuetudinariamente mais reconhecida ou apoiada por lei, ou aqueles mais diretamente afetados pelas atividades de manejo. Isto também requer um processo de consulta com aqueles que possuam interesses, mas que não tenham direitos legais ou consuetudinários reconhecidos e que não sejam diretamente afetados. As melhores práticas ressaltam, no entanto, a vantagem de se planejar um processo extenso de engajamento e desenvolver um acordo com cada uma das comunidades envolvidas para evitar a competição e o ressentimento entre as mesmas.</p>	<p>1. Quão problemática é a sobreposição de reivindicações de direitos por parte de múltiplas comunidades?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escala de Likert: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Nada problemática</li> <li>2 - Ligeiramente problemática</li> <li>3 - Moderadamente problemática</li> <li>4 - Seriamente problemática</li> </ul> </li> </ul> <p>2. Quais estratégias você usou ou conhece para lidar com reivindicações de direitos sobrepostos ao construir acordos comunitários? [Resposta longa]</p>
<p>A Organização deve fornecer evidências sobre o acordo de CLPI e o processo de CLPI para fins de verificação. Por exemplo, para provar que as comunidades adquiriram compreensão suficiente de uma determinada informação para dar o seu consentimento informado, e que o consentimento foi dado sem qualquer pressão ou intimidação. O envolvimento de um terceiro independente para verificar e/ou observar o processo de CLPI pode ser útil nesse sentido.</p> <p>O FSC recomenda que as Organizações considerem envolver um verificador e/ou</p>	<p>1. Você concorda que um verificador independente de um processo de CLPI contribuirá para melhorar a conformidade?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escala de Likert: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Discordo totalmente</li> <li>2 - Discordo</li> <li>3 - Neutro</li> <li>4 - Concordo</li> <li>5 - Concordo totalmente</li> </ul> </li> </ul> <p>2. Comentários gerais</p>

<p>observador independente nos estágios iniciais do processo. Trabalhando em conjunto com as comunidades envolvidas, as partes devem concordar com a escolha do verificador ou observador para garantir que a confiança seja mantida. A frequência e os tipos de observações também devem ser discutidos e acordados. No caso de um processo de CLPI mais complexo, o verificador ou observador poderia estar envolvido em diferentes etapas ao longo do processo.</p>	
<p>Há uma variedade de instrumentos jurídicos e administrativos usados para documentar, apoiar e implementar um processo de CLPI. As decisões sobre a proposta serão tomadas de acordo com o modelo de tomada de decisão acordado. Portanto, é importante dar tempo suficiente para a discussão sobre acordos provisórios, garantir liberdade e recursos para a consultoria independente, dar tempo suficiente para um engajamento inclusivo e permitir explicitamente que as comunidades digam "não". A Organização deve assegurar que a decisão seja tomada através do modelo de tomada de decisão acordado com a comunidade e que a comunidade receba o tempo necessário para tomar sua decisão. No final, a decisão da comunidade é de sua inteira responsabilidade.</p>	<p>1. Quais são os instrumentos mais comumente usados para documentar acordos com comunidades na sua região?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Lista de controle: <ul style="list-style-type: none"> <li>Memorando de Entendimento (MOU)</li> <li>Memorando de Acordo (MOA)</li> <li>Acordos de Benefício de Impacto (IBA)</li> <li>Carta de Apoio</li> <li>Acordos Cooperativos</li> <li>Parcerias</li> <li>Outro (Por favor, identifique o outro tipo de acordo [Resposta de texto longo])</li> </ul> </li> </ul>

## Seção 6 - Processo de CLPI de sete etapas (Figura 1)

<p>[Inserir figura 1]</p>	<p>1. Você concorda que o diagrama do processo de CLPI (Figura 1) ilustra claramente os principais pontos de decisão do processo de CLPI de 7 etapas?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escala de Likert: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Discordo totalmente</li> <li>2 - Discordo</li> <li>3 - Neutro</li> <li>4 - Concordo</li> <li>5 - Concordo totalmente</li> </ul> </li> </ul>
---------------------------	---

	<p><b>2. Você tem algum comentário geral sobre o conteúdo e/ou suposições feitas na Figura 1? [Resposta longa]</b></p>
--	--

### **Seção 7 - Comentários gerais sobre a transição para os novos P&C**

<p>Os detentores de certificados existentes que estavam em conformidade com os P&amp;C anteriores agora enfrentam o desafio de garantir conformidade com os P&amp;C revisados e com os indicadores genéricos internacionais (IGIs). Os requisitos de CLPI, que também devem ser estendidos às comunidades locais, é uma característica fundamental dos Princípios 3 e 4. Os IGIs exigem ainda um reconhecimento muito mais completo dos direitos dos Povos Indígenas.</p> <p>O FSC incentiva as Organizações a iniciar diálogos com os Povos Indígenas e as comunidades locais em todas as suas unidades de manejo florestal (UMFs) o mais breve possível, para chegar a um acordo mútuo sobre como essa transição ocorrerá. As organizações deveriam reconhecer que estes padrões mais elevados podem exigir a renegociação de acordos existentes com as comunidades envolvidas.</p> <p>Enquanto as Organizações estiverem em transição para os novos P&amp;C e IGIs, e quando um acordo de CLPI ainda não tiver sido alcançado, a Organização e as comunidades afetadas deveriam estabelecer um processo de CLPI mutuamente acordado que avance de boa fé * e com o qual a comunidade esteja satisfeita (Moção Política 40/2017).</p> <p>* O princípio de boa fé implica que as partes exerçam todos os esforços possíveis para chegar a um acordo, conduzir negociações genuínas e construtivas, evitar atrasos injustificados nas negociações, respeitar os acordos celebrados e aplicados de boa fé e dar tempo suficiente para a discussão e resolução de disputas coletivas.</p>	<p>1. Você está preocupado com a transição para os novos P&amp;C e IGIs relacionados a direitos indígenas e CLPI?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Escala de Likert: <ul style="list-style-type: none"> <li>1 - Nada preocupado</li> <li>2 - Ligeiramente preocupado</li> <li>3 - Um pouco preocupado</li> <li>4 - Moderadamente preocupado</li> <li>5 - Extremamente preocupado</li> </ul> </li> </ul> <p>2. Por favor explique [Resposta longa]</p>
---	---